


MARIZA CORRÊA

# Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”

**MARIZA CORRÊA**  
é pesquisadora do CNPq  
e da Fapesp junto ao  
Pagu/Núcleo de Estudos  
de Gênero da Unicamp  
e professora na área de  
Gênero no Doutorado  
em Ciências Sociais da  
Unicamp.



**N**ina Rodrigues foi alçado à condição de ícone histórico dos estudos sobre o negro no Brasil primeiro por seus autoproclamados discípulos, a maioria médicos, também os responsáveis pela publicação póstuma de muitos de seus trabalhos sobre o tema, e depois pelos antropólogos que se dedicaram a pesquisar as religiões afro-brasileiras. Arthur Ramos, especialmente, empenhou-se em “inventar”, como dizia Édison Carneiro, a “Escola Nina Rodrigues”, inventando assim também um lugar para si na linhagem rodriguiana. Como muito já foi dito sobre esse aspecto, e eu mesma devo ter corroborado para sua leitura a partir desse viés, gostaria de lembrar aqui – já que certamente o centenário de sua morte, em 2006, será ocasião de mais celebrações, positivas ou negativas, do seu papel em nosso panteão dos estudiosos das relações raciais – de maneira breve a sua trajetória profissional, contexto no qual seus estudos sobre o tema se desenvolveram. Infelizmente, boa parte dos trabalhos que não se encaixam nesse tema permanece inédita e este texto é assim também uma sugestão para que os interessados nos assuntos tratados por ele naqueles trabalhos os leiam. Para não fugir inteiramente à questão do dossiê da revista, lembro também, rapidamente, que mesmo seus estudos sobre relações raciais, já tão analisados, ainda podem sugerir pistas interessantes a serem perseguidas pelos pesquisadores contemporâneos.



## TRAJETÓRIA

Raimundo Nina Rodrigues nasceu no Maranhão, na cidade que hoje tem seu nome, em 1862. Seu pai, coronel Francisco Solano Rodrigues, era dono do Engenho São Roque, que teria passado às mãos de seus escravos devido ao desinteresse de seus sete filhos por ele. Sua mãe, Luiza Rosa Nina Rodrigues, seria descendente de uma família sefardita que veio para o Brasil fugindo das perseguições aos judeus na Península Ibérica. Nina Rodrigues estudou no Colégio São Paulo e no Seminário das Mercês, em São Luís. Pelas suas próprias, e pelas referências de seus colegas, parece ter tido uma saúde frágil. Nas lembranças familiares era descrito como franzino, “muito feio” e irritadiço. Em 1882, Nina Rodrigues matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, seguindo o curso até 1885, quando se transferiu para o Rio de Janeiro, onde concluiu o quarto ano de faculdade. Voltou à Bahia no ano seguinte, quando escreveu seu primeiro artigo, sobre a lepra no Maranhão.

Retornando ao Rio, concluiu o curso, defendendo uma tese sobre três casos de paralisia progressiva numa família, em 1887. No ano de 1888, clinicou em São Luís, tendo consultório na antiga Rua do Sol, hoje Nina Rodrigues. Rezam as tradições locais que ele ganhou o apelido de “Dr. Farinha Seca” por ter publicado no jornal *A Pacotilha* crônicas contra a alimentação popular baseada na farinha d’água. Além de publicar suas crônicas de jornal numa brochura, começava também a contribuir com artigos para a prestigiosa *Gazeta Médica da Bahia*. Num desses artigos, tentava uma classificação racial da população maranhense, usando as expressões “etnologia” e “economia étnica”. Em 1889 prestou concurso para a Faculdade de Medicina da Bahia, vindo a ocupar o lugar de adjunto da Cadeira de Clínica Médica, cujo titular era o conselheiro José Luiz de Almeida Couto, republicano histórico, abolicionista e político de projeção nacional. Nina Rodrigues e Alfredo Thomé de

Britto, também médico e mais tarde diretor da Faculdade, casaram-se com filhas do conselheiro – a família conta que cada um noivara antes com a irmã que casaria com o outro. Conta também que, depois de sua morte, a viúva de Nina Rodrigues, D. Maricas, só não casou com um irmão dele por oposição de sua própria família. O casal teve apenas uma filha, Alice, que morreu logo depois do pai. Em sua segunda incursão na classificação racial da população, dessa vez em nível nacional, num artigo publicado na *Gazeta* e no *Brazil Médico*, do Rio, em 1890, aparece pela primeira vez a rubrica antropologia – “antropologia patológica”. Escreve também uma nota apoiando a iniciativa de Braz do Amaral, professor de Elementos de Antropologia no Instituto de Instrução Secundária de Salvador, de iniciar uma coleção de “objetos antropológicos” – esqueletos, chumaços de cabelo e recortes de pele dos índios do estado. No Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, reunido em Salvador, em outubro desse ano, e de cuja comissão executiva Nina Rodrigues foi eleito tesoureiro pela Congregação da Faculdade, apresenta três trabalhos – um deles sendo o relatório da única autópsia feita, por ele, na Bahia durante uma então recente epidemia de influenza.

Transferido pela reforma do ensino médico de 1891 para a cadeira de Medicina Pública, ocupada por Virgílio Damásio, como professor na disciplina de Medicina Legal, empenha-se desde então – e até o fim da vida – em pôr em prática as propostas de Damásio que, depois de visitar vários países da Europa, sugerira em seu relatório de viagem a implantação do ensino prático e a nomeação dos professores de Medicina Legal como peritos da polícia. A Reforma Benjamin Constant criara a cadeira de Medicina Legal também nas faculdades de direito e instituíra seu ensino prático nas delegacias de polícia. No mesmo ano, Nina Rodrigues assumiu o posto de redator chefe da *Gazeta Médica* e assinou um editorial criticando asperamente a ausência de debates e o vazio da vida intelectual de Salvador. Integrava também a comissão da faculdade encarregada de publicar a *Revista dos Cur-*

*ros da Faculdade de Medicina* – prevista nos estatutos desde 1884, mas que só seria iniciada em 1902 – e onde publicaria vários artigos de sua autoria. Participou ainda da comissão, eleita pela Congregação da Faculdade, para fazer a reforma de seus estatutos: uma das propostas apresentadas por ele, rejeitada pela Congregação, só se tornaria lei muitos anos depois, por iniciativa de um de seus alunos, Afrânio Peixoto, no Rio de Janeiro – a de criação de uma habilitação específica para o médico perito. Em 1892, publica pela primeira vez na *Gazeta* um artigo sob a rubrica “anthropologia criminal”, citando, também pela primeira vez, as “doutrinas da escola positiva italiana”, na análise do crânio de um bandido que se tornara famoso, Lucas da Feira. Também no Conselho Geral de Saúde Pública da Bahia, do qual fez parte, reapresentou sua proposta de criação do perito em medicina legal, mais uma vez não aceita. Como editor da *Gazeta* e membro do Conselho de Saúde Pública, Nina Rodrigues se tornou “um importante porta-voz de círculos da saúde pública baianos, escrevendo e debatendo exaustivamente sobre a necessidade de centralização administrativa nessa área” (Santos, 1998, p. 605)<sup>1</sup>. Em 1894 Nina Rodrigues publicava seu primeiro livro, *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, conjunto de lições dadas no ano anterior, e no qual junta sua crescente preocupação com a medicina legal ao seu interesse anterior sobre o papel da raça na patologia da população brasileira. O livro, cuja última edição é de 1957, era dedicado a Lombroso, Ferri e Garófalo – “chefes da nova escola criminalista” –, a Lacassagne – “chefe da nova escola médico-legal francesa” – e ao dr. Corre, “o médico legista dos climas quentes”. João Vieira, professor de Direito Criminal em Recife, debateu com ele sobre o tema na *Revista Brasileira*, mas levou em consideração suas sugestões a respeito da precocidade do brasileiro em matéria criminal, no substitutivo que apresentou, como deputado federal, ao projeto de Código Penal que se discutia na Câmara em 1896. Nesse mesmo ano Nina Rodrigues publicava também seu primeiro artigo no

<sup>1</sup> Como o autor mostra, só nos anos de 1920 algumas das propostas de Nina Rodrigues se tornariam efetivas no estado da Bahia.

exterior, “Nègres Criminels au Brésil”, na revista editada por Lombroso em Turim, uma ampliação de sua análise sobre Lucas da Feira.

Com a aposentadoria de Virgílio Damásio em 1895, Nina Rodrigues assume oficialmente a cadeira de Medicina Pública e funda, com Alfredo Britto, Juliano Moreira, Pacheco Mendes e outros médicos, a Sociedade de Medicina Legal da Bahia, da qual é eleito presidente, e a *Revista Médico Legal da Bahia*, órgão da sociedade, sendo eleito também para seu conselho editorial. Ambas teriam vida curta, desaparecendo dois anos depois. A sociedade aprovou uma proposta de Nina Rodrigues, enviada para o legislativo estadual, de um plano de organização do serviço médico-legal da Bahia, sem qualquer resultado prático, conforme se queixava ele depois aos seus alunos. São aceitos como sócios correspondentes, entre outros, Souza Lima, Clóvis Bevilacqua, Candido Mota e Alcântara Machado. Ainda nesse ano, Nina Rodrigues é eleito sócio da *Medico Legal Society* de Nova York.

No ano seguinte, começa a publicar na *Revista Brasileira* os artigos que comporiam seu segundo livro, *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*, publicado primeiro em francês, na Bahia, talvez traduzido por ele mesmo, em 1900, e só reeditado uma vez, em 1935, com prefácio e notas de Arthur Ramos. Publica nos *Annales Médico-Psychologiques* e na *Revista Brasileira* uma análise sobre Antonio Conselheiro e Canudos que será lembrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. A análise do crânio do Conselheiro, que lhe foi entregue no final da quarta expedição feita pelo exército a Canudos, sairá em 1901, em francês, também nos *Annales* – só sendo editada em português quase quarenta anos depois numa coletânea organizada por Arthur Ramos (*Collectividades Anormas*).

Sua aula inaugural dos cursos do ano de 1899, dedicada ao tema “Liberdade Profissional em Medicina”, foi transcrita no *Brazil Médico*, no *Jornal do Comércio* e na *Revista Médica* de São Paulo, além de impressa em brochura por alguns médicos paulistanos. Amplamente divulgada, essa

aula lhe valeu elogios da Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a citação de Souza Lima no IV Congresso de Medicina e Cirurgia (Rio, 1900), ocasião em que os médicos pediram ao Parlamento que desse uma interpretação definitiva à expressão “liberdade profissional”, inscrita na Constituição. A expressão vinha sendo interpretada, particularmente pelos positivistas, como livre exercício da profissão independentemente de qualificação pelas escolas oficiais – o que os médicos viam como ataque ao ensino acadêmico e defesa do charlatanismo. Nina Rodrigues analisou também o atentado ao presidente Prudente de Moraes, vinculando a ação de Marcelino Bispo, um ex-combatente de Canudos, que tentou assassinar o presidente, tanto à sua ascendência indígena, quanto ao ambiente político-social do país, e publicou, em francês, uma extensa monografia sobre uma pequena cidade do interior da Bahia, acompanhada de genealogias que comprovariam os efeitos degenerativos da mestiçagem – trabalho que nunca saiu em português. Em 1901, Nina Rodrigues publicou o primeiro *Manual de Autópsia Médico-legal* e *O Alienado no Direito Civil Brasileiro*, com comentários e sugestões ao projeto do Código, então em discussão. O livro foi incorporado ao VI volume dos Trabalhos da Comissão da Câmara dos Deputados, que analisava o projeto de Clóvis Bevilacqua. Numa nota na *Revista dos Cursos*, anunciava a inauguração do “núcleo do primeiro museu médico-legal do Brasil”, que constava de cerca de 50 peças, mas não o entregou à faculdade, esperando que “se reformulem os estatutos da Faculdade ou nela se organize um museu”. Deve ter levado as peças para a faculdade mais tarde, já que várias foram destruídas no incêndio de 1905. As que resistiram ao incêndio estão no Museu Estácio de Lima do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues, em Salvador<sup>2</sup>.

Em outubro de 1903, Nina Rodrigues veio com a família a São Paulo e recebeu homenagens de médicos e juristas. São Paulo não tinha faculdade de Medicina, mas Nina Rodrigues afirmou num discurs-

2 No final dos anos de 1990, uma campanha levada a efeito por integrantes dos candomblés da Bahia teve como consequência a retirada, daquele museu, da coleção de peças dos cultos afro-brasileiros, que lá estavam misturadas com armas, drogas e provas de crimes, e que foram realocadas para o Museu da Cidade de Salvador. Os exemplares da arte sacra afro-brasileira foram analisados com admiração por Nina Rodrigues num artigo de 1904 (“As Belas Artes dos Colonos Pretos do Brasil”), depois incorporado a *Os Africanos no Brasil*, e foram vistos pelos integrantes da Missão de Pesquisas Folclóricas, organizada por Mário de Andrade, em 1938. Ver Batista (2004).

so que todos que o recebiam formavam “uma congregação de mestres que podia ser presidida pelo vosso notável Pereira Barreto”. Visitou o Butantã, a Santa Casa de Misericórdia—onde recebeu “belíssimos kistos hydaticos conservados em álcool” —, a Repartição Central de Polícia, o quartel do Corpo de Bombeiros e a Escola de Farmácia. Os jornais diários e as revistas médicas publicaram elogios a sua obra e, num deles, Franco da Rocha faz uma descrição de Nina Rodrigues: “[...] fisionomia à Rui Barbosa, muito simpático, lhano, afável, inteiramente despreocupado de assumir importância, consolidou prontamente nessa atmosfera amorável o conceito em que era tido; cativou imediatamente a todos que o procuraram, fato que se tornou patente nas atenções que encontrou por toda parte”. Num banquete em sua homenagem, na Rotisserie Sportsman, estavam presentes Emilio Ribas, diretor do Serviço Sanitário, João Passos, procurador do Estado, Brasílio Machado e Cândido Motta, professores da Faculdade de Direito, Antonio de Godoy, chefe de Polícia, Alcântara Machado, Vital Brasil e Xavier da Silveira. Encantado com as homenagens, Nina Rodrigues afirmou num discurso que encontrara em São Paulo o Brasil civilizado e culto, um “baluarte das tradições latinas”. Dois anos depois dedicaria uma coletânea de seus trabalhos em medicina legal “aos juristas de São Paulo”, afirmando na introdução que as homenagens que recebera não eram destinadas a sua pessoa, mas sim ao símbolo que ele representava “da colaboração fraterna das duas grandes classes, a Jurídica e a Médica, na obra comum de garantia da ordem social”. Vários dos médicos e juristas que o receberam escreveriam necrológios emocionados três anos depois, e Alcântara Machado faria, em 1940, uma das apreciações mais sintéticas e completas de sua obra.

Em 1904, além de fazer, mais uma vez, um apelo sobre a necessidade de regulamentar a figura do perito, dessa vez ao congresso pela unificação das leis processuais, reunido no Rio de Janeiro — apelo ao qual juntou a análise de vários

casos médico-legais—, publicou, na *Revista dos Cursos*, um extenso trabalho, nunca editado em livro, de revisão da legislação brasileira sobre a questão da assistência aos alienados, onde apresentava um plano para a construção de um hospital asilo. Em apêndice, vêm os artigos que publicara no *Diário de Notícias* da Bahia sobre a epidemia de beribéri que matou metade da população do Asilo São João de Deus<sup>3</sup>. Como resultado de sua campanha, os loucos restantes salvaram-se, a faculdade fez um convênio com o governo do Estado para a construção de um novo hospital e Nina Rodrigues integrou a comissão nomeada para planejá-lo — além dele, relator, participavam Antonio Pacífico Pereira e Luiz Pinto de Carvalho. O relatório da comissão, publicado na *Revista dos Cursos* e numa brochura, foi entregue ao diretor Alfredo Britto no ano seguinte e contém, além do planejamento da organização do ensino de Clínica Psiquiátrica e do asilo de alienados do Estado, as plantas do asilo e uma descrição minuciosa de seu funcionamento. Nesse mesmo número da *Revista* foram publicadas as bases do acordo entre a Faculdade e a Secretaria de Segurança Pública sobre as perícias policiais a serem feitas sob direção do catedrático de Medicina Legal: esses são os primeiros documentos formais sobre a colaboração informalmente feita desde algum tempo entre a faculdade e a polícia. Os acordos seriam revalidados por Oscar Freire, sucessor de Nina Rodrigues na cadeira, em 1907, e sistematicamente renovados nos anos seguintes. A figura do perito fora, finalmente, apropriada pela Faculdade de Medicina — o que se repetiria no Rio de Janeiro e em São Paulo, graças aos trabalhos de dois alunos de Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto e Oscar Freire. Em 1966, no entanto, as perícias médico-legais voltariam ao controle das secretarias de Segurança Pública.

Em janeiro de 1905, um incêndio destruiu parte da Faculdade de Medicina e o laboratório de Medicina Legal, lugar de trabalho de Nina Rodrigues. Segundo o *Diário da Bahia*, foram destruídos “diversos trabalhos seus de importância científica;

3 Ver a retomada desses dados de uma ótica contemporânea na análise de Jacobina & Carvalho (2001).

trabalhosa coleção de ossos humanos, cerca de 50, medidos e tratados; a cabeça de Antonio Conselheiro, o crânio de Lucas da Feira, além de uma outra coleção de crânios escolhidos, o que foi enormíssima perda”.

No ano seguinte, indicado pela Congregação da Faculdade como delegado ao IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada em Milão, a realizar-se em maio, Nina Rodrigues embarcou com a família para sua primeira viagem à Europa. Em Lisboa, onde participou de outro congresso médico, encontrou seu amigo desde os tempos de estudante, Justo Jansen Ferreira, que, numa comovida lembrança dele, registrou que o “insidioso mal” (aparentemente câncer no fígado) lá tinha sido diagnosticado. Nina Rodrigues morreu em Paris, a 17 de julho e, embalsamado por um dos médicos a quem admirava, o professor Brouardel, foi enterrado na Bahia a 11 de agosto.

## CONTEXTUALIZANDO OS ESTUDOS RACIAIS

Seguir quase passo a passo as etapas da carreira de Nina Rodrigues ajuda a contextualizar seu trabalho sobre o negro no Brasil, quase sempre analisado como central à sua produção acadêmica. Se é verdade que em seus textos ele procurava mostrar o quão pernicioso era a influência dos negros na população brasileira – o que estava em absoluta consonância com as idéias de seu tempo –, esse não era, no entanto, seu tema principal de estudo. Ele entrava em suas considerações da perspectiva da saúde pública que, essa sim, foi sua grande preocupação desde que foi transferido para a cadeira de Medicina Pública, em 1891. Era, em suas palavras, a “garantia da ordem social” que estava em primeiro plano em suas considerações e, nesse sentido, epidemias, prevenção e repressão ao crime, assistência aos alienados, aperfeiçoamento das leis, combate ao charlatanismo eram objeto de

suas intervenções na imprensa diária e na imprensa médica, em comissões locais, na faculdade, no planejamento institucional. Era assim que ele era visto por seus colegas, em sua época – seu primeiro sucesso editorial junto a eles tendo sido, aparentemente, sua veemente defesa do ensino acadêmico. O Nina Rodrigues especialista na questão racial nasceu muitos anos depois, graças à publicação seletiva de seus trabalhos, feita por seus autoproclamados discípulos, particularmente Arthur Ramos, que, ele sim, se interessava especialmente por essa questão. Basta comparar seus livros publicados ou republicados por Ramos ou outros seguidores com os textos nunca publicados em livro, e esquecidos em revistas acadêmicas<sup>4</sup>. A sua luta a favor dos alienados, por exemplo, tanto no plano prático – tomando medidas que possibilitaram salvar de uma epidemia os loucos internados no asilo de Salvador – como no planejamento de novas instituições para abrigá-los, parece mostrar uma inflexão nos seus interesses de pesquisa nos seus últimos anos de vida, da antropologia como era entendida na época para a psiquiatria. Tal inflexão ainda está por ser estudada no detalhe.

Acompanhar sua trajetória ajuda também a pôr em relevo duas marcas importantes em sua biografia intelectual, curta em anos (ele tinha 44 anos quando faleceu) e larga em publicações acadêmicas: seu intenso zelo institucional, simbolizado pelo fato de que ele estava na Europa também para procurar instrumentos para equipar o seu tão sonhado laboratório de medicina legal, em construção quando morreu; e sua adesão às idéias científicas, em voga aqui e no exterior, de sua época. O que não é sinônimo de adesão às práticas científicas vigentes no país – ao contrário, Nina Rodrigues era um crítico feroz da atmosfera intelectual morna que o cercava e em mais de uma ocasião denunciou a falta de infraestrutura da sua faculdade e as práticas ultrapassadas de pesquisa e da docência. O melhor exemplo disso é a *Memória Histórica* da faculdade para o ano de 1897, que foi incumbido de redigir – sendo praxe, a cada ano, um docente relatar o que se passara de

<sup>4</sup> Seus artigos na *Gazeta Médica*, por exemplo, nunca foram reunidos numa publicação.



relevante no meio acadêmico. Sua *Memória* era tão crítica às práticas locais que só foi publicada quase oitenta anos depois, em 1976, na mesma *Gazeta Médica* da qual fora editor. Quanto às idéias científicas da época, sua adesão era quase completa – é preciso dizer quase, já que, famoso por seu racismo, ele foi menos lido na clave do pesquisador cuidadoso que era e responsável pelo registro de boa parte da história oral dos descendentes de africanos na Bahia, aos quais dedicou vários de seus textos, tendo também ele enfrentado o preconceito local ao fazê-lo: consta da tradição baiana que recebeu o apelido de “negreiro” graças a essas pesquisas<sup>5</sup>.

Entre seus muitos textos (contei 65 artigos na sua bibliografia, ainda não completamente estabelecida, e seis livros), quatro são artigos que ele e seus herdeiros intelectuais deixaram em francês – certamente não por acaso, todos dizem respeito à influência da *raça* na *degeneração* do povo brasileiro, o mesmo assunto que predomina nos seus dois livros póstumos – ou três, se contarmos que o *Animismo* foi editado apenas em francês durante sua vida. Os possíveis livros, que não se tornaram acessíveis como livros, enterrados como extensos artigos nas páginas da *Revista dos Cursos* da faculdade, ou publicados em brochuras em Salvador, são textos mais técnicos, seja sobre a prática da medicina legal, seja sobre o serviço de assistência aos alienados no país, assuntos aos quais ele se dedicou com seu zelo intelectual característico, e são extremamente informativos sobre o início da história de ambos esses campos do saber no Brasil. Mesmo que já tenha sido lida sob a inspiração teórica de Pierre Bourdieu<sup>6</sup>, ou que tenha admiradores contemporâneos<sup>7</sup>, creio que sua carreira não foi ainda analisada de maneira definitiva. Estando tão próximo o centenário de sua morte, o melhor que os pesquisadores interessados nele poderiam fazer seria editar alguns de seus textos esquecidos, propiciando assim uma análise mais refinada de sua atuação e do contexto dela.

Mesmo no âmbito de suas análises a respeito da questão racial, ainda se poderia

5 Foi provavelmente o eco desse apelido que levou tantos autores contemporâneos – Thomas Skidmore, Robert Levine, Eduardo Galeano, entre outros – a descrevê-lo como “mulato”, incidindo assim no mesmo racismo do qual o acusam.

6 Conforme o artigo de Marcos Chor Maio (1995).

7 Ver Walmor J. Piccinini, “Nina Rodrigues I e Nina Rodrigues II”, nos números de julho e agosto de 2003 de *Psychiatry On-Line Brazil*.



pensar em aprofundar algumas pistas que expressam a incompatibilidade entre sua ideologia e sua prática de pesquisa. Uma delas diz respeito à questão de como é que um pensador, visto como racista em todas as interpretações de sua obra, tenha insinuado por diversas vezes, e dito com clareza pelo menos uma, que os negros é que tinham influenciado os brancos no Brasil. A frase famosa é: “Para nos servir da expressão de Tylor, ou melhor, da expressão consagrada na Costa D’África, pode-se afirmar que na Bahia todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se tornarem negras” (Rodrigues, 1935). Frase que evoca, claro, a conhecida frase de Simone de Beauvoir sobre tornar-se mulher, e parece ser, como a dela, uma frase que nega determinismos biológicos, inscritos no corpo, na cor da pele – o que é contraditório com boa parte de sua produção científica, mas que é também parte integrante dela. No mesmo livro, ele diz, na apresentação da versão francesa, que tratava de fazer uma contribuição ao estudo da “influência social” do negro no Brasil. E é essa influência social, que depois traduziríamos como “cultura negra”, de certo modo regredindo em relação a parte das pesquisas de Nina Rodrigues, que ele vai mostrando nas suas análises. Quer goste quer não goste dessa influência – e ele em geral não gosta – ele aponta para ela. E mostra também que, em termos simbólicos, certas ações, levadas a efeito por brancos ou por pretos, tinham a mesma finalidade, poderiam ser analisadas no mesmo plano. Quando comparou, por exemplo, um feitiço deixado na porta do edifício da Câmara de Salvador com a visita feita a essa casa pelo bispo, ambas no intuito de resolver uma pendenga política, e analisou as duas ações como equivalentes na sua “manifestação sociológica”, ou quando comparou o efeito do “tam-tam” da Salpetrière sobre os pacientes ao efeito dos tambores dos candomblés, Nina Rodrigues certamente irritou tanto membros da corporação médica como da corporação clerical baianas. E é exatamente essa sua falta de papas na língua que o torna um observador tão fino e

tão interessante da cena local; por mais que possamos acusá-lo de racismo, com justa fundamentação, ele é também cáustico em relação aos seus pares profissionais e aos integrantes de sua classe social. E podia ser profético, se lembrarmos que ele se tornou negro nos textos de muitos autores contemporâneos.

Outra pista que mereceria ser perseguida é sua ênfase na atuação das mulheres: quando falava dos terreiros mais afamados – o Gantois, o Engenho Velho, o do Garcia – seria preciso anotar que eram todos liderados por mães-de-santo. Ou quando ia enumerando as mães – Julia, Isabel, Livaldina, Thecla, a mãe da Calçada do Bonfim, etc. – estava mostrando aos leitores, quarenta anos antes da pesquisa de Ruth Landes, que a Salvador africana era, de fato, a *cidade das mulheres*. Em sua tentativa de demonstrar a seus colegas médicos que a histeria não era privilégio das burguesas, mas que podia também se manifestar na raça negra – ao contrário do que muitos deles diziam –, Nina Rodrigues colocava no centro da cena os terreiros controlados por mães, ficando elas encarregadas de defender o dúbio privilégio que ele lhes atribuía. Do mesmo modo, ao analisar os casos de negrinhas estupradas, de velhas asiladas ou desamparadas, e das primeiras operárias da cidade, acometidas de uma estranha doença que lembrava as máquinas agitadas das fábricas, vai traçando, em vinhetas, um painel da população feminina pobre de Salvador que certamente mereceria ser recapturado pela história social.

Seria anacrônico atribuir-lhe uma reflexão sobre a questão de gênero, mas, assim como ele foi capaz de abstrair a raça dos envolvidos, ao colocar certas práticas religiosas ou médicas, de brancos e negros, no mesmo plano simbólico, foi também capaz de abstrair o sexo, quando observou, sobre a equivalência entre Xangô e Santa Bárbara, que “era preciso que entre eles houvesse de comum um ponto de contato tão capital que tornasse secundária a diferença de sexo” (Rodrigues, 1935). Uma reflexão sobre até onde ia seu propalado determinismo e em que medida ele era posto em xeque pelas

suas análises empíricas poderia, talvez, renovar as avaliações sobre seus estudos raciais.

Até agora, e com poucas exceções, a “questão racial” ocupou o centro das

atenções nas análises que foram feitas da atuação de Raimundo Nina Rodrigues – já é boa hora tanto de enfocarmos outros ângulos de seu trabalho como de procurar reler suas observações sobre essa questão.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, Marta Rosseti (org.). *Coleção Mário de Andrade. Religião e Magia, Música e Dança, Cotidiano*. São Paulo, Edusp, 2004.
- CORRÊA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2ª ed. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 2001 (1982).
- JACOBINA, Ronaldo Ribeiro & CARVALHO, Fernando Martins. “Nina Rodrigues, Epidemiologista: Estudo Histórico de Surtos de Beribéri em um Asilo para Doentes Mentais na Bahia, 1897-1904”, in *História, Ciências, Saúde – Manuais*. vol. VIII (1), 2001.
- LINS E SILVA, Augusto. *Atualidade de Nina Rodrigues, Estudo Bibliográfico e Crítico*. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, Leitura, 1945.
- MACHADO, Alcântara. “Nina Rodrigues”, in Leonidio Ribeiro (ed.). *Arquivos de Medicina Legal e Identificação*, X (18), Rio de Janeiro, 1940.
- MAIO, Marcos Chor. “A Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma Trajetória Científica”, in *Cadernos de Saúde Pública*, 11 (2). Rio de Janeiro, 1995.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador, Livraria Progresso, 1957 (1894).
- \_\_\_\_\_. *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*. Prefácio e notas de Arthur Ramos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935 (1900). Versão on-line: [www.dtreml.hpg.ig.com.br/bibliovirtu/ninarodrigues.htm](http://www.dtreml.hpg.ig.com.br/bibliovirtu/ninarodrigues.htm).
- \_\_\_\_\_. *O Alienado no Direito Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro, Guanabara, s.d. (1901).
- \_\_\_\_\_. *Manual de Autópsia Médico-legal*. Salvador, Reis & Comp., 1901.
- \_\_\_\_\_. *Os Africanos no Brasil*. 5ª ed. São Paulo, Nacional, 1977 (1932).
- \_\_\_\_\_. *Collectividades Anormas*. Organização e prefácio de Arthur Ramos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939.
- SANTOS, Luiz A. de Castro. “As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia Durante a Primeira República”, in *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 41 (3), 1998.